

Quinta-feira, 25 de Junho de 1959

RUBEM BRAGA

OS ESCRITÓRIOS

É UMA cantiga velha, essa. De tempos em tempos um ministro de Trabalho ou um diretor do Departamento Nacional de Indústria e Comércio fala em reestruturar os Escritórios Comerciais do Brasil no Exterior.

Até hoje isso não tem dado em nada; é mais cômodo para a política dominante dispor à vontade de alguns cargos mais ou menos bem remunerados no exterior. Estudos e projetos é que não faltam nos arquivos ministeriais.

Vejo agora que o sr. Clodomir Leite, atual diretor do DNIC, também quer promover uma «reforma de base». Uma de suas idéias é extinguir, por exemplo, o Escritório no Paraguai, país com que o Brasil não tem um intercâmbio comercial que justifique a existência de uma repartição dessas. Mas a verdade é que esse Escritório, quando bem dirigido (não sei quem anda por lá agora), presta serviços importantes de divulgação das coisas brasileiras, trabalhando junto à imprensa, ao rádio, associações, escolas, etc. É claro que isso poderia ficar a cargo de nossa Embaixada, mas seria interessante que ela assumisse essas funções antes de ser extinto o Escritório, e tivesse, em seus quadros de funcionários, alguém encarregado de lidar especialmente com essa parte. Se não se fizer isso, o Escritório de Assunção fará falta real, e a Embaixada será a primeira a sentir isso quando vir o afluxo de pedidos de informações e material brasileiro de toda ordem que normalmente são atendidos pelo Escritório.

O ideal é que esse assunto fôsse resolvido juntamente com a reforma do Itamarati. A idéia menos feliz das que têm aparecido a respeito é a de entregar os Escritórios às associações de classe patronais, ou, como se diz, «ao comércio e à indústria». Os homens práticos, os homens de empresa é que estariam em condições de dirigir essas agências.

A verdade é que a primeira virtude de quem ocupa um cargo público é essa coisa vaga, mas necessária, chamada espírito público. E isso é exatamente o que o homem do comércio e da indústria poucas vezes tem. Acostumado a defender seus interesses particulares, ele tem uma formação especial de «espírito prático» nem sempre louvável do ponto de vista dos interesses gerais. Os escândalos sucessivos no seio de grandes organizações patronais ilustram o que estou dizendo. Não digo que um comerciante ou um industrial não seja tão patriota como qualquer outro cidadão. O serviço do Estado não é, entretanto, o seu serviço. Ele pode ser levado facilmente a confundir o interesse restrito e momentâneo de fazer um negócio com os interesses gerais e permanentes de seu país.

Por mais mazelas que tenha o Estado, ele não deve abdicar de suas funções, nem isso é do interesse do país.

Bem, mas tudo isso é uma cantiga velha...